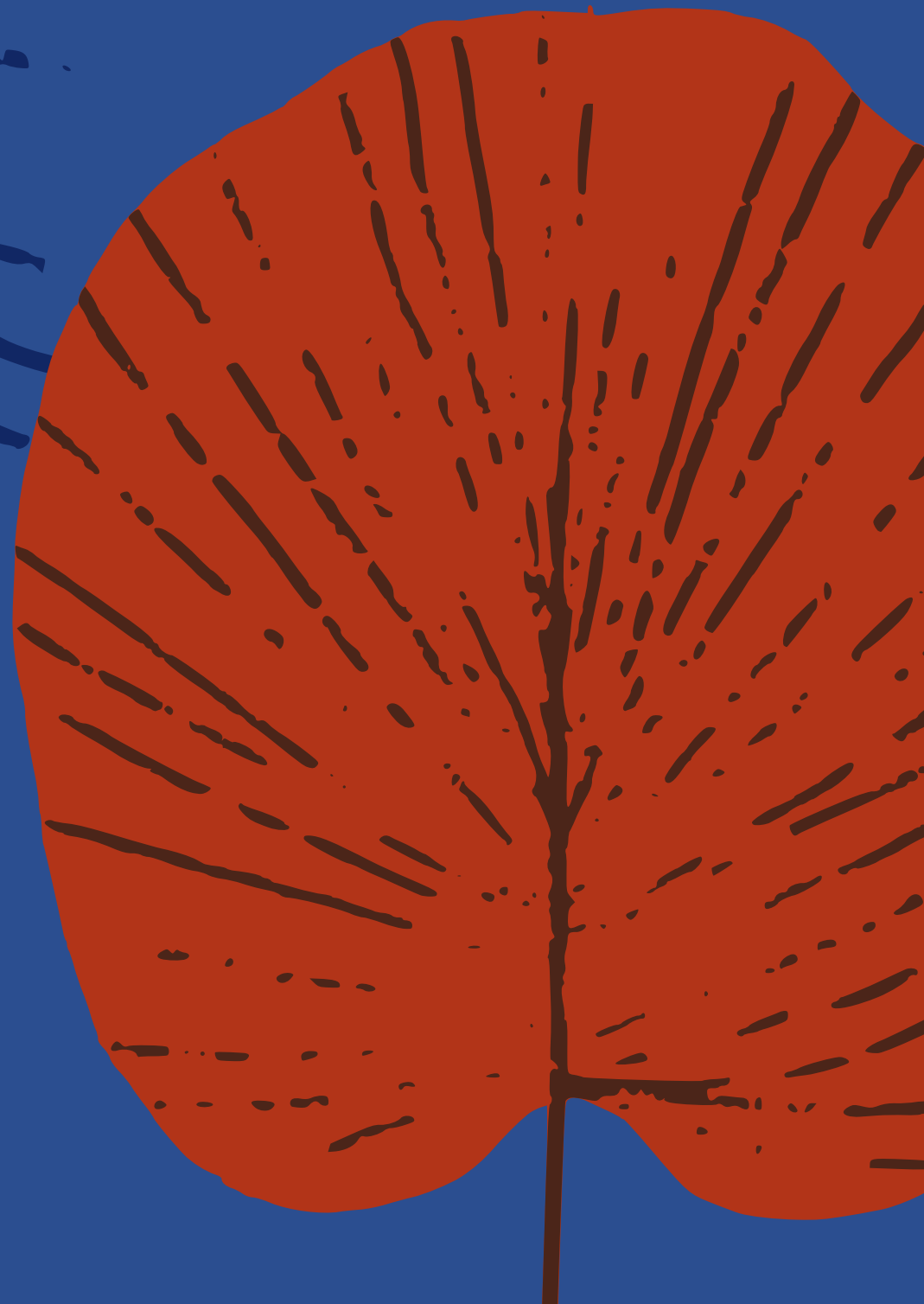


QUANTO CUSTA PARA TIRAR UM PGTA DO PAPEL?

2ª EDIÇÃO



Quanto custa para tirar um PGTA do papel?

2ª edição

Janeiro de 2024

FICHA TÉCNICA

Coordenação Política

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin
(Colegiado de Gestão)

Coordenação Técnica

Leila Saraiva

Redação

Carolina Perini
Ester Oliveira
Leila Saraiva

Diagramação e projeto gráfico

Tatu Design

Inesc - Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 1 - Edifício Márcia, 13º andar, Cobertura.

CEP: 70.307-900, Brasília/DF

Telefone: +55 (61) 3212-0200

E-mail: inesc@inesc.org.br

Site: www.inesc.org.br

É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita, desde que sejam citados os autores e a instituição que apoiou o estudo, e que se inclua a referência ao artigo ou ao texto original.

EQUIPE INESC (jan/2024)

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Júlia Alves Marinho Rodrigues
Márcia Anita Sprandel
Roseli Faria

Conselho Fiscal

Enid Rocha
Mario Lisbôa Theodoro
Ribamar Araújo
Augustino Veit (suplente)

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Marcela Coelho M. Esteves
Thayza Benetti

Equipe de Comunicação

Gabriela Alves
Sílvia Alvarez
Thays Ferrari Puzzi

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Cássio Cardoso Carvalho
Cleo Manhas
Dyarley Viana de Oliveira
Leila Saraiva
Tatiana Oliveira
Thallita de Oliveira

Educador Social

Markão Aborigine

PMAA – Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem

Adriana Silva Alves

Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos

Assistente Financeiro

Ricardo Santana da Silva

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiária

Eduarda R. Aguiar Figueiredo

APOIO INSTITUCIONAL

Charles Stewart Mott Foundation
CLUA – Climate and Land Use Alliance
ETF – Energy Transition Fund
Fastenaktion
Fundação Ford
Fundação Heinrich Böll
Fundar
Fundo Canadá
ICS – Instituto Clima e Sociedade
Kindernothilfe
Malala Fund
Misereor
OSF – Open Society Foundations
Oxfam Brasil
PPM – Pão para o Mundo
Rainforest Foundation Norway
Wellspring

INTRODUÇÃO: POR QUE ESTIMAR OS CUSTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PGTA?

O tempo para o enfrentamento da emergência climática se esgota. O relatório publicado pelo Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC, da sigla em inglês), demonstra que as Contribuições Nacionalmente Determinadas apresentadas pelos países diante do Acordo de Paris, ainda que cumpridas, não serão suficientes para garantir que a temperatura global não chegue aos 2º graus acima dos níveis pré-industriais compromissados, estando ainda mais longe dos 1,5º almejados. O quadro crítico requer, simultaneamente, a ação imediata e robusta dos países ricos – principais responsáveis por estarmos onde estamos – e o compromisso efetivo dos demais em construir outros modelos de desenvolvimento.

No Brasil, depois de um período pavoroso de violação de direitos indígenas e outras comunidades tradicionais e locais levado a cabo pelo Executivo, as iniciativas contrárias aos direitos territoriais dessas populações seguem avançando. Por um lado, o poder legislativo se dedica a aprovar novas leis que descaracterizam as conquistas de povos indígenas acerca de seus territórios, como é o caso do PL do Marco Temporal, aprovado no Congresso e cujos vetos seguem em discussão, assim como outros vários que tentam desmontar as garantias constitucionais consagradas pela Constituição Federal de 1988. Por outro, a sólida estrutura agroextrativista, por vezes criminoso, segue expandindo suas fronteiras diante desses territórios, como evidenciam as

diversas denúncias de violências, exemplificada, mas não restrita, pela trágica ocupação pelo garimpo da Terra Indígena Yanomami.

Ambas as questões, como se sabe, estão intrinsecamente relacionadas. A contribuição dos povos indígenas para o estancamento da catástrofe climática não é novidade, sendo citada anualmente pelo relatório do IPCC como “informação de alta confiança” (ver, por exemplo, IPCC, 2023). Simultaneamente, além dos ataques diretos aos seus direitos territoriais, as comunidades indígenas padecem também da fragilização das políticas por elas construídas e a elas direcionadas, além de escasso financiamento, seja via orçamento público estatal brasileiro, seja via acesso direto aos recursos do financiamento climático internacional. No Brasil, o compromisso orçamentário com a garantia e a gestão territorial indígena é estruturalmente frágil em termos orçamentários, como demonstramos em diversas ocasiões (Inesc, 2021, por exemplo).

Por outro lado, os recursos do financiamento climático pouco chegam à iniciativas protagonizadas por povos indígenas ou seus aliados, perdidos simultaneamente em uma lógica burocrática e mercadológica, com prioridades próprias e por vezes distantes do chão da aldeia.

A resposta indígena à essas questões vem sendo construída há tempos no Brasil. A batalha por viver em suas terras tradicionalmente ocupadas soma-se à batalha de viver a terra como se tradicionalmente a se ocupa. É neste contexto que a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI), cujo decreto completou 10 anos em 2022, se faz importante: construída a partir de um longo processo coletivo, a PNGATI pretende fortalecer uma série de iniciativas levadas a cabo há tempos incontáveis pelas comunidades indígenas. A criação de uma política pública, quem sabe, como uma ferramenta de proteção de uma série de modos de existências efetivados todo dia nos territórios.

Para além disso, mecanismos próprios de financiamento geridos pelas organizações indígenas têm também se multiplicado, desta vez tentando driblar tanto as dificuldades exercidas pelo Estado Brasileiro – cujo compromisso com povos indígenas é, para dizer o mínimo, volátil – como também as exercidas pelos financiadores externos – para quem o reconhecimento das contribuições indígenas contrasta com sua disposição em fazer o recurso chegar de fato às aldeias.

É nesse contexto – i) de corrida contra o tempo na retomada do clima; ii) dos ataques contra os direitos territoriais indígenas no Brasil; iii) das fragilidades de políticas como a PNGATI; iv) das dificuldades estruturais do financiamento climático e, simultaneamente, v) da multiplicação de ferramentas protagonizadas pelos povos indígenas para lidar com esta problemática, que o Inesc lança este estudo.

Dando continuidade ao esforço realizado com apoio da *Rainforest Norway Foundation* desde 2021, divulgamos o resultado da aplicação a mais cinco Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTA)

da nossa metodologia “Quanto custa tirar um PGTA do papel?”, segundo a qual estimamos os custos anuais de implementação dos PGTA de acordo com sete áreas de interesse. Nosso objetivo é contribuir para a disputa pelo financiamento de ferramentas de gestão territorial que, simultaneamente: partem das próprias comunidades e são por elas protagonizadas; não se pautam pela inserção de lógicas mercadológicas e potencialmente destruidoras de laços e relações com a terra; e exercem comprovadamente o papel de Adaptação, Mitigação e Perdas e Danos. É nossa esperança que a metodologia de estimativa de custos de implementação dos PGTA componha o quadro político de mudança da lógica colonial do financiamento climático – presente tanto nas estruturas estatais nacionais como nos recursos internacionais – a partir de iniciativas protagonizadas pelos povos indígenas.

Apoiado pela *Rainforest Norway Foundation*, desde 2021, o Inesc tem se dedicado a construir ferramentas que facilitem a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTA) no Brasil. Os PGTA são instrumentos de gestão territorial elaborados pelos povos indígenas brasileiros e seus parceiros, a partir de longos processos que respeitam os modos de existência e os acordos políticos de cada comunidade.

Com demonstramos no estudo “Ampliar para preservar: Análise dos PGTA na retomada da Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas”, os PGTA são um instrumento espreado por todos os biomas brasileiros, abarcando cerca de 90 milhões de hectares de Terras Indígenas, principalmente na Amazônia. Isso implica dizer que implementá-los significaria preservar e recuperar uma área equivalente à duas vezes o tamanho da França.

No entanto, como outros instrumentos elaborados e protagonizados pelos povos indígenas ao redor do mundo, os PGTA padecem com a escassez de financiamento para sua efetiva implementação, seja via política pública estatal brasileira, seja via financiamento climático internacional (cooperação ou doadores privados).

As dificuldades do acesso aos recursos do financiamento climático para garantia de gestão e direitos territoriais indígenas é um problema global, analisado amplamente por estudos como o da *Rainforest Foundation* (2021) e do *Charapa Consult* (2022), além de relatórios elaborados pelos próprios financiadores (*Forest Tenure Founders Group*, 2022). O pouco investimento público brasileiro em políticas públicas protagonizadas pelos povos indígenas é, a sua vez, um problema estrutural, agravado nos últimos anos de política anti-indígena, mas calcado numa longa tradição desenvolvimentista inclusive em governos progressistas. Ambas as questões se relacionam com um quadro mais amplo do que a literatura tem conceituado como “colonialismo climático”.

Apesar da profundidade desses problemas, é nossa esperança que a combinação do novo movimento político brasileiro com a urgência crescente de ação frente à emergência climática venha significar uma alteração deste quadro. Num novo cenário de proclamado compromisso com os direitos territoriais indígenas e reconhecimento de seu papel para o enfrentamento da catástrofe que já vivemos, reaplicamos a metodologia de estimativas de custos de implementação dos PGTA para mais cinco Terras Indígenas, desta vez sendo duas delas na Mata Atlântica (uma no Nordeste e outra no Sul do País).

É nosso objetivo que a difusão dessa metodologia facilite a chegada de recursos para a implementação de PGTA, seja via orçamento público brasileiro, seja via financiamento climático internacional, ou ainda, de forma cruzada. Em tempos que organizações indígenas têm construído seus próprios mecanismos de acesso ao financiamento como os Fundos Indígenas, nossa ferramenta pode servir como mais um anteparo na intermediação entre financiadores e financiados.



NOTA METODOLÓGICA

A metodologia de estimativa de custos dos PGTA foi criada a partir de cinco Planos de Gestão da região Amazônica (TIs: Kaxinawá do Rio Humaitá, Alto Rio Negro, Parque Tumucumaque, Zo'é e Xingú). Com apoio de parceiros com reconhecido trabalho em campo nas cinco Tis envolvidas, costuramos uma metodologia baseada nos pontos em comum dos cinco PGTA, definindo sete áreas de interesse e objetivos gerais comuns, aos quais foram conectados os objetivos específicos encontrados nos Planos de cada povo. O esforço para chegar a uma linguagem comum se deve ao objetivo de possibilitar a buscar por financiamentos coletivos entre Terras diferentes, ou ainda à possibilidade de analisar diferenças de custos para ações semelhantes, assim podendo aprofundar as estratégias de buscas de recursos.

Nesta edição do projeto, ampliamos as estimativas de custos de PGTA para outro bioma. Assim aplicamos a metodologia a três TIs da Amazônia Legal (Mãe Maria, Tenharim do Igarapé Preto e Alto Rio Guamá) e duas TIs na Mata Atlântica (Grande Salto do Jacuí e Tapeba). Como se verá, as configurações das Terras Indígenas no Nordeste e no Sul do País diferem-se bastante das da Amazônia.

Dessa forma, fez-se necessária uma significativa atualização da metodologia. Ao passo em que aplicávamos a metodologia a outros biomas e contextos – como ao PGTA do Povo Guarani da TI Salto do Jacuí, na Mata Atlântica, e ao PGTA do Povo Tapeba da TI Tapeba, também Mata Atlântica, em um contexto muito próximo aos centros urbanos – notamos que os objetivos gerais antes delineados precisavam dialogar com possibilidades mais diversas de propostas específicas. Esta percepção dialogava com a crítica recebida por nossos parceiros na edição anterior do projeto, segundo a qual a metodologia estava muito restrita à Amazônia, enquanto os PGTA estavam espalhados por todos os biomas do País.

Assim, foram realizadas adaptações e modificação da redação de alguns dos objetivos com vistas a torná-los, de fato, mais gerais e abrangentes, considerando esses outros biomas. Para grande parte deles, foram feitas alterações pensando na divisão das sentenças ou criação de títulos mais genéricos, transformando a redação original em subtítulos para servirem como exemplos não fechados de propostas específicas. Igualmente alguns poucos objetivos anteriores foram suprimidos ou assimilados a outro mais amplo. Todas as alterações foram pensadas

de modo a deixar a metodologia mais simples e de fácil apreensão visando sua manipulação por um público mais amplo, em especial pelas organizações indígenas protagonistas de seus PGTA.

Nesta nova edição, também nos preocupamos em corrigir a falta de participação direta das organizações e comunidades indígenas na construção das estimativas de custos realizada anteriormente. Apesar da fundamental importância da parceria com as organizações indigenistas com reconhecido trabalho nas TIs envolvidas, a pouca participação ou mesmo ausência das organizações e comunidades indígenas na edição anterior contraria todo o objetivo do projeto, a saber, oferecer uma ferramenta que contribua com o protagonismo indígena e não que o prejudique.

Assim sendo, desta vez procuramos construir as estimativas de custos com apoio de consultores indígenas ou, no caso do PGTA Salto do Jacuí, em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista, após viagem de campo específica para discussão da proposta com a comunidade. Além desta nota técnica, estratégias de retorno dos resultados para as comunidades estão em fase de planejamento.

Cabe destacar que este conjunto de estimativas de custos foi realizado paralelamente à construção do estudo “Ampliar para Preservar: Análise dos PGTA na retomada da Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas”, o que nos possibilitou construir um quadro mais amplo dos desafios de financiamento dos PGTA, e também dos caminhos possíveis para superá-los.

Por fim, para elaborarmos as comparações que se seguem, as estimativas dos PGTA Kaxinawá do Rio Humaitá, Alto Rio Negro, Parque Tumucumaque, Zo’ e e Xingú, elaboradas em 2021, foram deflacionadas segundo IPCA de novembro de 2023.



QUANTO CUSTA PARA TIRAR UM PGTA DO PAPEL?

As estimativas de custos de implementação dos 10 PGTA elaboradas segundo a nossa metodologia abrangem uma área total de 7.746.041 hectares, sendo 7.740.513 na Amazônia Brasileira e 5.528 na Mata Atlântica. Trata-se de cerca de 10% da área onde há PGTA elaborados, segundo nosso estudo “Ampliar para Preservar”. Os PGTA estimados atendem a 62 povos e uma população total de 44.188 indígenas, em sete estados brasileiros.

De acordo com a nossa metodologia, implementar os 10 PGTA custaria, anualmente, cerca de R\$ 162 milhões, ou aproximadamente US\$ 33 milhões. Trata-se de cerca de 8% do valor anual previsto para o *Indigenous Peoples and Local Communities Forest Tenure Pledge*, compromisso assumido por doadores na COP-26, em Glasgow. Segundo nossa metodologia, pouco mais de US\$ 32 milhões anuais seriam necessários para implementar os oito PGTA da Amazônia, enquanto os dois PGTA da Mata Atlântica necessitariam pouco menos de US\$ 1 milhão anuais, ou R\$ 4.754 milhões.

Tabela 1. Custos de implementação dos 10 PGTA, segundo área de interesse

	em milhões de R\$	em milhões de US\$
Saúde	38,4	7,8
Infraestrutura, comunicação e transporte	30,5	6,2
Proteção territorial	29,8	6,0
Educação escolar e formação complementar	25,3	5,1
Manejo, soberania alimentar	17,8	3,6
Governança	10,9	2,2
Geração de renda	9,3	1,9
Total	162	32,8

Fonte: Metodologia “Quanto custa tirar um PGTA do papel?”. Elaboração própria.
R\$ 1 = US\$ 0,20 (Cotação, nov/23).

Dos US\$ 32 milhões previstos para implementação anual dos PGTA, US\$ 12,9 milhões são previstos para ações das áreas de interesse “Educação escolar e formação complementar” e “Saúde”. Estes dois campos merecem destaque porque parte considerável dos gastos esperados incluem ações e atividades já previstas na legislação e políticas públicas brasileiras, sendo responsabilidade do Estado.

Já as ações da área de interesse “Infraestrutura, comunicação e transporte” dos 10 PGTA custariam US\$ 6,2 milhões anuais, mas também merecem destaque pois são constituídas principalmente por despesas de capital, ou seja, investimentos em estruturas duráveis, cujos custos de manutenção posterior à instalação são significativamente menores nos anos posteriores.

Para custear a área de interesse “Proteção Territorial” dos 10 PGTA, estima-se serem necessários cerca de US\$ 6,2 milhões anuais. Considerando os objetivos específicos propostos nos PGTA, nesta área seriam especialmente benéficas as iniciativas de financiamento cruzado entre doações internacionais e política pública brasileira, já que, além do fortalecimento de instituições como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, estão previstas iniciativas e estruturas de vigilância promovidas pela comunidade e ações de recuperação e proteção da vegetação, como corte de vegetação intrusa, reflorestamento e ações de combate a incêndios.

Para as áreas de “Manejo e Soberania Alimentar” e “Geração de renda” são necessários cerca de US\$ 5,5 milhões anuais para o custeio dos 10 PGTA. Nessas duas áreas, estão previstas ações de sustentabilidade das comunidades, tanto na manutenção da vegetação nativa como na construção de alternativas econômicas que deixam as promessas de empreendimentos econômicos agroextrativistas menos atraentes. Fundamentais para manter a floresta em pé, diante do assédio previsto, ou ainda recuperar a vegetação nativa.

Como demonstra a tabela 1, a diferença de contexto das Terras Indígenas dentro e fora da Amazônia Brasileira precisam ser consideradas ao analisarmos suas estimativas de custos de gestão ambiental e territorial. As Terras Indígenas Amazônicas possuem área extensa e densidade populacional significativamente menor que as de outros biomas. Esse é um reflexo do histórico de colonização do País, inicialmente mais intenso nas áreas próximas da costa e cujos efeitos são sentidos há mais tempo por povos dali oriundos. Assim, as Terras Indígenas da Mata Atlântica foram vitimadas por uma disputa territorial perene que nasce com a colonização do País, tal como o foi o próprio bioma, hoje com apenas 7,84% de sua área original.

Tabela 2. Dados gerais sobre as Terras Indígenas abarcadas no estudo

TI	UF	Etnias	População	Área (ha)	Densidade populacional (habitante/ha)
Zo'é	Pará	1	310	671.227	0,000
Alto Rio Negro	Amazonas	23	26046	799.000	0,033
Xingu	Mato Grosso	16	6090	2.642.000	0,002
Tumucumaque	Pará, Amapá	6	1700	3.071.000	0,001
Kaxinawa do Rio Humaitá	Acre	4	331	127.000	0,003
Mãe Maria	Pará	4	760	62.976	0,012
Tenharim do Igarapé Preto	Amazonas	3	100	87.413	0,001
Alto Rio Guamá	Pará	3	1727	279.897	0,006
Salto do Jacuí	Rio Grande do Sul	1	423	234	1,808
Tapeba	Ceará	1	6651	5.294	1,256
TOTAL		62	44138	7.746.041	

Fonte: Instituto de Estudos Socioambientais: Portal Terras Indígenas no Brasil. Elaboração própria.

Essas constatações são relevantes ao pensarmos o financiamento para os povos indígenas de forma integrada e sistêmica, ou ecossistêmica. Apesar da centralidade que a Amazônia recebe globalmente, a implementação de PGTA em biomas como a Mata Atlântica beneficiam diretamente grupos populacionais mais densos. Mais uma vez, faz-se necessário pensar o financiamento para tal de forma cruzada, fazendo com que o financiamento climático fortaleça ações da política pública nacional.

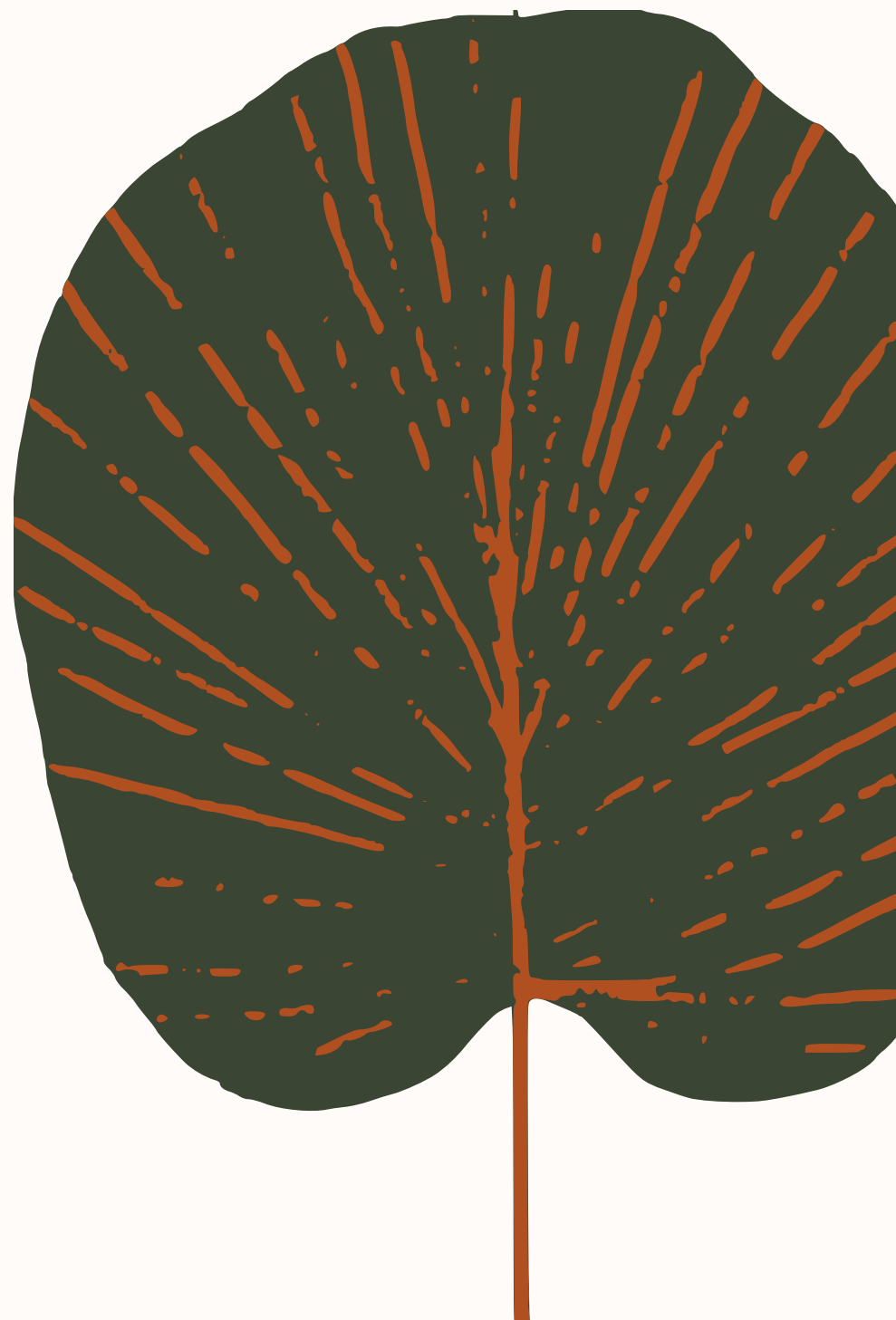
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental reúnem ações simultaneamente locais e de impacto global. Como argumentamos anteriormente, os PGTA são outras formas de apresentar as práticas que mantiveram a floresta em pé até hoje e, ao fazê-lo:

- organizam e explicitam as prioridades indígenas;
- são eficazes na recuperação e preservação dos biomas;
- representam um apoio holístico às comunidades;
- possibilitam a potencialização e articulação entre financiamento estatal e financiamento de outras fontes, pois estão ancorados em uma política pública;
- multiplicam as capacidades institucionais das organizações indígenas;
- contêm ações de curto, médio e longo prazo;
- possuem resultados aferíveis para as comunidades e os financiadores;
- estão presentes em todos os biomas do País;
- possibilitam a sinergia e ações complementares entre diversos doadores.

Assim, ao apresentarmos as estimativas de custos dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, o intuito do Inesc é fortalecê-los enquanto ferramenta fundamental para a efetivação dos direitos territoriais indígenas, mas também para o enfrentamento da crise climática. Como outros mecanismos criados por diversas comunidades Brasil afora, são parte do que temos chamado de Soluções Baseadas nos Territórios, em oposição às propagadas Soluções Baseadas na Natureza.

Se, ao contrário de uma oportunidade de negócios, encararmos a crise que vivemos a partir da ótica da justiça climática, financiar instrumentos como esses é encarar o financiamento climático como um mecanismo de reparação. Para tal, tanto as políticas públicas brasileiras como o financiamento internacional devem priorizar iniciativas que partem dos saberes, demandas e direitos daqueles(as) que historicamente fizeram dos biomas seu lar e seu modo de existência, tendo sido atacados e violados por isso e que agora sofrem as consequências de um modelo de desenvolvimento que pretendeu extingui-los.



Anexo I. Tabela detalhada custos de implementação dos PGTA (valores em reais)

ÁREA DE INTERESSE	PGTA	KAXINAWÁ DO RIO HUMAITÁ	ZO'É	PARQUE DO TUMUCUMAQUE E RIO PARU D'ESTE	ALTO RIO NEGRO	XINGU	MÃE MARIA	TENHARIM DO IGARAPÉ PRETO	ALTO RIO GUAMÁ	SALTO DO JACUÍ	TAPEBA
	PROTEÇÃO TERRITORIAL	1.049.589,00	297.779,50	1.402.066,82	407.110,62	1.907.928,53	12.164.000,00	7.910.000,00	3.665.000,00	733.400,00	287.200,00
MANEJO, SOBERANIA ALIMENTAR	379.085,08	212.133,37	165.026,40	3.516.249,35	1.205.369,99	8.780.000,00	1.330.000,00	900.000,00	860.507,00	416.700,00	
GERAÇÃO DE RENDA	100.132,56	62.505,30	72.380,00	1.785.207,20	575.560,59	1.164.000,00	4.590.000,00	600.000,00	368.400,00	0,00	
GOVERNANÇA	98.850,40	384.648,00	736.082,03	308.267,45	347.909,98	4.250.000,00	0,00	4.473.000,00	0,00	310.740,00	
INFRAESTRUTURA, COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE	295.227,68	90.992,00	1.957.223,26	5.454.656,06	17.185.080,00	2.890.000,00	0,00	2.550.000,00	0,00	33.800,00	
SAÚDE	73.207,20	67.158,30	9.041.807,06	10.483.280,65	504.043,98	4.450.000,00	4.635.000,00	8.943.000,00	172.200,00	47.800,00	
EDUCAÇÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	133.179,20	600.951,49	1.331.235,71	1.589.886,67	2.426.326,50	9.559.000,00	4.200.000,00	3.962.000,00	1.095.330,00	428.400,00	
TOTAL ANUAL PARA IMPLEMENTAÇÃO	2.129.271,12	1.716.167,96	14.705.821,29	23.544.658,01	24.152.219,56	43.257.000,00	22.665.000,00	25.093.000,00	3.229.837,00	1.524.640,00	

Fonte: Instituto de Estudos Socioambientais: Portal Terras Indígenas no Brasil. Elaboração própria.

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, Fábio. Colonialismo Climático no Contexto dos Povos Indígenas. Relatório Técnico-Científico. 2022.

BHAMBRA, Gurminder K.; NEWELL, Peter. More than a metaphor: 'climate colonialism' in perspective. *Global Social Challenges Journal*, v. 1 (aop), p. 1-9, 2022.

CHARAPA CONSULT. "Directing funds to rights. Principles, standards and modalities for supporting indigenous peoples' tenure rights and forest guardianship". 2022.

FOREST TENURE FUNDERS GROUP. Indigenous Peoples and Local Communities Forest Tenure Pledge Annual Report 2021-2022. Londres, 2022.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. "Quanto custa para tirar um PGTA do papel? Possibilidades de financiamento para os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas". 2021.

_____. Quanto custa tirar um PGTA do papel? (Tutorial). 2021.

_____. "Ampliar Para Preservar: Análise dos PGTA na retomada da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas no Brasil". 2023.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate Change 2023: Impacts, Adaptation and Vulnerability*, 2023.

RAINFOREST NORWAY FOUNDATION. *Falling Short: Donor funding for indigenous peoples and local communities to secure tenure rights and manage forests in tropical countries (2011–2020)*. Oslo, 2021.



Realização:



Apoio:

